

“PEQUENAS FRASES” E “ELEMENTOS DE LINGUAGEM”: CATEGORIAS EM TENSÃO OU O IMPOSSÍVEL CONTROLE DA PALAVRA PELOS ESPECIALISTAS DA COMUNICAÇÃO*

Caroline Ollivier-Yaniv¹

Introdução

“Pequenas frases”, “elementos de linguagem”, “fórmula” ou ainda “assinatura” (por exemplo em “assinatura de campanha”) são formulações que fazem sentido para diferentes grupos de atores dos campos político e midiático, assim como para os agentes que se encontram precisamente em sua interseção, e que trabalham em sua articulação. Caracterizamos assim os especialistas da comunicação e do acesso à mídia que se tornaram auxiliares legítimos dos profissionais da política, ou seja, os atores cujas práticas profissionais consistem em produzir enunciados diversificados, antecipando suas condições de circulação midiática e/ou suas condições de recepção: os “especialistas no manejo dos signos e dos discursos” e da engenharia simbólica (Ollivier-Yaniv 2008). Nessa perspectiva, os termos acima mencionados pertencem a um vasto conjunto lexical que mostra a importância adquirida pelas atividades decorrentes da comunicação e da midiaticização no campo político em geral.

Este artigo investiga mais particularmente os usos da designação “pequena frase” por um grupo de especialistas da engenharia simbólica. Com efeito, a heterogeneidade dos profissionais da comunicação no campo político e a diversidade de suas atividades nos obrigam a registrar que seria ilusório e pouco pertinente pretender levá-los todos em consideração. A presente análise será, então, centrada nos membros de gabinetes ministeriais cujas atividades, na divisão do trabalho próprio a esse tipo de organização, consistem em preparar as intervenções públicas do ministro, destinadas, com frequência, à veiculação na mídia: atores sociais que designamos doravante como “redatores” (Ollivier-Yaniv 2003).² Parte das atividades desses redatores consiste em preparar as intervenções do ministro na mídia, como redigir um artigo para a imprensa escrita, redigir ou reformular (pelo menos parcialmente) uma entrevista a ser publicada na imprensa escrita,

* Uma versão deste texto foi publicada na revista *Communication et Langages*, n.168, junho 2011, Paris, Necplus.

¹ CEDITEC/ Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne.

² N.R.T. Trata-se de *écrivants*, em francês, cuja tradução literal seria *escreventes*, termo que pode designar “aquele que escreve,” mas que, em português, evoca muito fortemente a memória de um amanuense, copista, escrivão, frequentemente um funcionário desprovido do poder de que se trata aqui. Assim, a calibragem dada ao termo *écrivants* no original nos leva a optar por *redatores* em contexto brasileiro. Note-se que o termo francês também não designa uma ocupação oficialmente catalogada, é um empréstimo que recebe circunscrição teórica nos trabalhos de Ollivier-Yaniv, notadamente Ollivier-Yaniv 2003 nas referências deste artigo.

ou ainda preparar uma intervenção numa mídia audiovisual (entrevista, debate...). Mesmo que de maneira indireta (sobretudo quando comparados aos incontornáveis intermediários que são os assessores de imprensa), os redatores são agentes que participam do jogo de interdependências entre os atores políticos e os jornalistas.

Considerados em relação às práticas e à retórica profissionais dos redatores ministeriais³, os empregos da designação “pequena frase” e de outros termos associados parecem caracterizados por sua ambivalência: “pequena frase” qualifica práticas e objetivos de antecipação da retomada midiática do discurso ministerial, sob formas fragmentadas e parciais, até mesmo redutoras, ao mesmo tempo que seu caráter fundamentalmente aleatório. Ao identificar e interpretar esse fenômeno, verificável no discurso dos atores sociais, o presente artigo pretende contribuir para a hipótese geral da grande variabilidade, ou do caráter instável, das interdependências entre atores políticos, jornalistas e especialistas da comunicação. Ao se considerar mais especificamente o papel desses especialistas, fica evidente, de certa forma, a impossibilidade de controle da circulação da fala política por parte daqueles que supostamente são seus artesãos.

Analisar a retórica profissional dos especialistas da comunicação no campo político

Esta análise se inscreve no quadro de pesquisas sobre as atividades e a retórica dos profissionais da comunicação que trabalham junto aos políticos. Uma vez enunciada essa perspectiva geral, convém nos determos em seus dois principais componentes, a fim de precisar seu sentido e registrar o caráter ainda aberto dos trabalhos que estão sendo realizados nesse campo.

Em primeiro lugar, a designação dos atores sociais que são objeto de análise aqui não é fácil, inclusive quando observamos suas práticas discursivas. O termo “comunicador” parece amplo demais e tudo indica que os grupos de atores a que ele refere não se reconhecem nessa designação⁴. Em outras palavras, a designação “profissional da comunicação”, no campo político, recobre uma grande diversidade de atores sociais, tanto do ponto de vista de suas formações quanto de seus saberes e habilidades. Ela recobre, ainda, uma grande diversidade de práticas profissionais, especialmente em função do caráter heterogêneo dos contextos de implementação dessas práticas: junto a um político em um partido político ou em uma instituição pública, mas

³ Esse trabalho se apoia numa série de entrevistas realizadas em 2002 e 2003 junto a antigos membros de gabinetes ministeriais dos governos do primeiro ministro socialista Lionel Jospin (junho de 1997-maio de 2002).

⁴ Essas observações devem muito às discussões com Jean-Baptiste Legave, relativamente a suas pesquisas que põem em evidência o caráter instável dos nomes de profissões dos peritos em comunicação. Cf. “Je t’aime moi non plus”. Les relations d’“associés-rivaux” entre journalistes et communicants, dissertação para o HDR em ciências da informação e da comunicação, Université Versailles-St Quentin, novembro de 2007.

também sob a forma de prestação de serviços em uma agência especializada em consultoria e pesquisas. É heterogêneo, também, o reconhecimento social desses agentes: de fato, só alguns dentre eles podem pretender um nome de profissão reconhecido e estabilizado no setor chamado *comunicação*, é o caso, por exemplo, de “webmaster” ou de “assessor de imprensa”. Os outros, sem dúvida a maioria, são identificados por designações gerais – “assessor de comunicação”, “conselheiro” – ou, ao contrário, muito conjunturais – “gestor dos canais de relacionamento”, “programador dos debates locais”.

Na ausência e na espera de um trabalho sociográfico que permita esclarecer as disposições e as situações desses agentes, podemos definir os profissionais da comunicação no campo político a partir dos seguintes pontos: eles são auxiliares legítimos dos responsáveis políticos e nas administrações das instituições públicas, e o desenvolvimento de suas atividades corresponde a um fenômeno de crescimento da divisão do trabalho político. Eles desenvolvem saberes e habilidades especializados, no que diz respeito à elaboração de discursos (ou de qualquer outro conjunto de signos), levando em consideração suas modalidades de circulação na mídia e/ou suas condições de recepção, ou seja, os públicos aos quais esses discursos supostamente se dirigem. Enfim, esses saberes e habilidades se apoiam em conhecimentos e metodologias oriundos das ciências humanas e sociais (Ollivier-Yaniv 2009), observação que retoma a tese mais ampla dos “efeitos de realidade das ciências da comunicação” (Neveu; Rieffel 1991).

O segundo traço característico desse quadro científico decorre da atenção atribuída aos discursos produzidos por esses agentes para descrever suas atividades profissionais e/ou para assegurar o reconhecimento social dessas atividades profissionais. Conforme os casos em tela, os *corpora* mobilizados para analisar essa “retórica profissional”⁵ são sempre diversificados e heterogêneos, porque sempre reúnem condições distintas de enunciação. Os profissionais da comunicação produzem discursos sobre suas próprias atividades em publicações de caráter institucional, um testemunho da capacidade de auto-organização de certos grupos: pensamos, aqui, especialmente nas atividades editoriais de associações profissionais⁶ e/ou de alguns de seus membros, o que permite constituir *corpora* de arquivo. *Corpora* de discursos experimentais podem igualmente ser constituídos a partir de conversas semidiretivas com certos tipos de agentes: as análises apresentadas neste artigo resultam de um desses *corpora*. Enfim, pode ser pertinente analisar os discursos sobre a função, o lugar e as atividades dos profissionais da comunicação a partir de testemunhos formulados por agentes com os

⁵ No sentido dado a esta noção, relativamente ao grupo profissional dos jornalistas in Padioleau, Jean-Gustave, 1979, "Systèmes d'interactions et rhétoriques journalistiques", *Sociologie Du travail*, 3 : 256-282.

⁶ Tais como Comunicação pública ou Club Cap'Com (Nota técnica: redes permanentes de profissionais, instituições e toda forma de organização devotada ao debate sobre comunicação e cidadania; sua dinâmica consiste em fóruns de variados formatos, publicações coletivas e encontros de diferentes portes).

quais eles estão em situação de interdependência profissional: jornalista político (Ridet 2008) ou diretor de um gabinete ministerial (Schramek 2001).

Nesse quadro, podemos dizer que o termo “pequenas frases” faz sentido para vários grupos de atores sociais do campo político e do campo da mídia, mas também que ele é usado de maneira concomitante a outras designações, tais como “elementos de linguagem”, “fórmula” ou “argumentário”. O sintagma “pequena frase” constitui, assim, uma “categoria autóctone” ou, ainda, o que o antropólogo Clifford Geertz chama de um “conceito próximo da experiência”: “um conceito do qual alguém – [...] em nosso caso, um informador – poderia se servir naturalmente e sem esforço para definir o que ele próprio ou seus colegas vêem, pensam, sentem, imaginam e assim por diante, e que lhe seria facilmente compreensível quando aplicado por outros da mesma maneira” (Geertz 2003). Enfim, “pequena frase” é um termo que faz sentido relativamente a uma cultura local e a saberes práticos, e a partir do qual podemos investigar as atividades e a situação social dos atores. O que os empregos desse termo nos dizem sobre o papel dos especialistas no manejo dos discursos, de suas relações com os jornalistas e de sua concepção das mídias?

“Pequenas frases”, “elementos de linguagem” e “fórmulas”: designar o trabalho de fabricação de enunciados específicos e notáveis do ponto de vista das mídias

Nos encontros com os redatores, a expressão “pequena frase” aparece frequentemente associada a – ou substituída por – outras designações, tais como “fórmulas” e “elementos de linguagem”, mas também “argumentário”. Esses termos não obedecem a definições explícitas nem previamente formalizadas: seu emprego espontâneo nas falas dos redatores parece, então, referir-se a uma cultura compartilhada, mas difusa, não localizada pelos próprios atores. Essa falta de precisão nas definições, associada à frequência de utilização desses termos, registra a ausência de um corpus de prescrições ou de um saber-fazer formalizado. Em outras palavras, tudo acontece como se não existisse método, nem manual de fabricação dos “elementos de linguagem” ou das “fórmulas”. Convém, então, voltar aos contextos de uso desses diferentes termos para tentar especificar seu sentido, os pontos comuns e as diferenças.

A designação “elementos de linguagem” aparece de maneira ao mesmo tempo frequente e espontânea na fala dos redatores quando descrevem suas atividades profissionais; às vezes, ela é substituída pelo termo “linguagens”. A utilização desses dois sintagmas cujos usos parecem equivalentes tinha sido previamente observada por ocasião de conversas com membros do Serviço de Informação do Governo (SIG)⁷, assim como da

⁷ A primeira intranet interministerial, desenvolvida pelo SIG no final dos anos 1990, tinha fundamentalmente o objetivo de divulgar ao conjunto das equipes ministeriais “elementos de linguagem” relativos aos diversos

Delegação de Informação e Comunicação do Ministério da Defesa (DlCoD). Desde a criação da DlCoD, em 1999, a redação dos “elementos de linguagem” é produzida sistematicamente pelos membros da Secretaria da Imprensa do Departamento de Mídia (um dos quatro departamentos da Delegação), para a preparação de cada “point-presse”, encontro semanal com a imprensa coordenado pelo Delegado porta-voz do Ministério. O formato dos “elementos de linguagem” é, no caso, precisamente estabelecido e responde a critérios de estruturação e de escritura que os torna, aliás, reproduzíveis por diferentes agentes: “uma ou mais citações compõem uma espécie de lide introdutório, enquadrado e/ou em negrito (eventualmente, uma reformulação-síntese das palavras oficialmente pronunciadas), depois a citação é desdobrada em diferentes pontos, em um plano detalhado” (Oger 2003). Encontramos também vestígios de “elementos de linguagem” no léxico das atividades diplomáticas⁸: o termo designa um instrumento de produção coletiva da informação por parte dos diplomatas e seus colaboradores, com vistas a participarem da construção da imagem pública das ações de política internacional, sem que haja necessariamente relações com jornalistas (Loriol, Piotet & Delfolie, s/d).

Nos encontros com os redatores, o termo “elementos de linguagem” designa enunciados relativos a uma temática precisa. Eles são redigidos e colocados à disposição do ministro a fim de que ele possa mobilizá-los no quadro de uma intervenção pública dialógica (uma entrevista, um debate, uma coletiva), mas eles apresentam a particularidade de não ser transmitidos sob sua forma escrita aos jornalistas – diferentemente do que acontece com os comunicados ou *press releases*. Segundo os relatos, uma outra característica dos “elementos de linguagem” reside no fato de haver necessidade de esclarecimento ou, ainda, de propiciar o acesso do grande público. Os “elementos de linguagem” devem forçosamente ser redigidos em uma linguagem que não seja nem muito técnica nem muito especializada; assim, eles registram a especificidade da intervenção e o “saber-fazer” do redator, que realiza um trabalho de vulgarização a partir de numerosos documentos escritos coproduzidos pelos diferentes membros do gabinete, igualmente destinados ao ministro ou ao diretor do gabinete, e que emanam dos conselheiros técnicos ou dos diretores da administração central. Esses documentos são geralmente designados no léxico interno do gabinete como “notas”, às quais podemos acrescentar relatos e atas de reuniões internas.

Nesses encontros com os redatores, o termo “elementos de linguagem” apresenta ainda outras características que parecem mais específicas de certos contextos

campos de ação da política governamental, especialmente quando estes eram objeto de debates públicos e midiáticos.

⁸ Encontro com um redator do gabinete de Alain Juppé no ministério das Relações Exteriores (março 1993-maio 1995), março 2000.

ministeriais. Em certos casos, os “elementos de linguagem” são objeto de uma classificação e de um arquivamento em função dos diferentes grupos de interlocutores do ministro. O redator dispõe, assim, de estoques de enunciados, repertoriados em função do público ao qual o ministro vai se dirigir.

Mesmo que seja impossível, em certa medida, objetivar uma vontade tática e conscientizada de impor formulações relativas a uma temática da ação pública, esse tipo de operação favorece o uso recorrente de um enunciado – frase ou expressão – por parte de um ministro em diversas intervenções públicas. Em outros casos, os “elementos de linguagem” são objeto de uma difusão interna no ministério, mas que vai além da pessoa do ministro: eles são colocados à disposição dos interlocutores autorizados do gabinete, para quando se relacionarem com os jornalistas, é esse o caso, por exemplo, do diretor de gabinete. Assim, a fabricação dos “elementos de linguagem” contribui para assegurar a continuidade – no tempo e entre os diferentes porta-vozes – e a coerência da diversidade dos discursos que emanam do gabinete.

Compreendemos, enfim, por que o termo “elementos de linguagem” é empregado de maneira muito próxima do termo “argumentário”, claramente privilegiado em relação a “argumento” ou “argumentação”, que nem sequer aparecem nas falas dos redatores. “Argumentário” e “elementos de linguagem” têm em comum o fato de lhes ser atribuída uma função persuasiva e operacional: eles designam enunciados fabricados para serem colocados à disposição do ministro em função do público ao qual ele é levado a se dirigir.

O objetivo de atrair a atenção dos jornalistas relativamente a uma intervenção pública do ministro aparece mais nitidamente no emprego, pelos redatores, da designação “fórmula”: esse termo qualifica, com efeito, enunciados que são fabricados com a perspectiva de sua retomada pelos jornalistas ou de sua circulação na mídia.

Antes de mais nada, logo se verifica que a antecipação da retomada das palavras do ministro pelos jornalistas é explicitamente constitutiva do trabalho dos redatores:

Sobretudo em discursos pouco relevantes, busca-se *refletir sobre o que pode ser retomado... o que...o que esperam os jornalistas,... o que ele esperava ver aparecer* nos discursos e depois, então, como isso se insere no discurso, como é formulado...

Da extensão da mensagem.[...] Para dar um exemplo preciso: a declaração de demissão: *tínhamos desejado redigir um texto suficientemente curto para que pudesse ser integralmente retomado, inclusive nos canais de televisão.*⁹

⁹ Redator no gabinete de Dominique Strauss-Kahn.

A "fórmula" parece designar um enunciado que contribui para tornar mais notável o discurso que a engloba, do qual ela será extraída e que terminará, afinal, por representá-lo. Trata-se, então, de um instrumento de retomada e da potencial dispersão do discurso, mas também de sua fragmentação e de sua redução – como se o discurso tivesse voltado a uma forma elementar.

Estas fórmulas são *marcadores*. Isto pode fornecer elementos para *ressaltar o seu propósito e para que ele seja retomado*. Na verdade, a enorme dificuldade do discurso *é a sua retomada*. A ideia *não é forçosamente de fazer uma pequena frase*, mas fazê-la pode aumentar as chances de elas serem retomadas como sendo as próprias palavras de um ministro.¹⁰

Nesta citação aparecem os elos existentes entre a "fórmula" e a "pequena frase". Esses termos servem para qualificar enunciados que dizem respeito a um mesmo registro de intervenção político-midiática, em função da sua eventual retomada e circulação. Apesar disso, uma "pequena frase" aparece aqui como sendo mais importante do que uma "fórmula", como tendo um potencial superior de circulação, mas também como não sendo forçosamente desejável em todas as ocasiões ou de maneira repetida. A modalização realizada pelo emprego de "não forçosamente" introduz a ideia de que a "pequena frase" deve manter seu caráter excepcional, seja precisamente para preservar seu caráter notável, seja porque esse tipo de prática é objeto de uma avaliação pejorativa, aqui implícita, por parte do agente entrevistado.

Os diferentes empregos de "fórmula" permitem precisar suas principais características.

Em primeiro lugar, de um modo geral a "fórmula" procura chamar a atenção de um público leigo, que não tem disposições nem interesses particulares (profissionais, por exemplo) pelo discurso do ministro.

Quando você se dirige aos representantes locais da presidência, você não se questiona muito sobre a receptividade do auditório... Eles são cativos... Esses representantes regionais constituem um mercado cativo... Que eles durmam ou prestem atenção, são cativos [...] Quando você se dirige a um público de prefeitos, isto é, a outra categoria de população sobre a qual *a priori se pensa*

¹⁰ Conselheiro em comunicação junto a Laurent Fabius, anteriormente encarregado do Serviço de Informação do Governo.

*que elas não estão sabendo do que se trata... evidentemente, é preciso, ao mesmo tempo, seduzir e encontrar a fórmula que convence, que atinge o alvo.*¹¹

Em segundo lugar, a “fórmula” é considerada como um enunciado que tem propriedades linguísticas particulares, mesmo que nunca se diga precisamente quais:

A ideia, implicada numa lógica que é vital, é procurar *pensar no que a mídia pode compreender* e no que se deseja que ela retome no dia seguinte dizendo:

"Na RTL, Martine Aubry disse que..." É, digamos, um toque *quase estilístico*. *Trata-se de encontrar palavras, fórmulas que “pegam”.*¹²

Se a fabricação de uma fórmula faz parte do trabalho simultâneo de escritura e de codificação, assim como de antecipação de sua recepção, que depende do redator, sua realização aparece também condicionada por suas condições de enunciação e pela performance do próprio ministro, depositário da legitimidade social do discurso, e de sua adaptação às restrições midiáticas, em particular audiovisuais.¹³

Na escritura do discurso, tornava-se uma brincadeira encontrar a *fórmula que agradaria ao ministro* e que seria retomada. Sinceramente, isso era um jogo. É por isso que eu dizia há pouco que ficávamos encantados ou decepcionados com o pronunciamento do discurso, porque... Ou *a fórmula tinha sido efetivamente interessante, atingindo o objetivo, sendo retomada e funcionando*; ou, ao contrário, em algumas passagens para as quais *acreditávamos ter encontrado boas fórmulas, o ministro entoava tudo num tom totalmente monocórdio e...* é preciso lidar com perdas e ganhos.¹⁴

A quarta característica da "fórmula" é que se trata de um enunciado coerente com as rotinas e regras profissionais dos jornalistas. Testemunha isso de maneira exemplar esse excerto de conversa no decorrer da qual o redator do gabinete de Jack Lang explica, não sem cinismo¹⁵ e com um julgamento de valor pejorativo, como é preciso proceder

¹¹ Redator do gabinete de Jean-Pierre Chevènement.

¹² Redator do gabinete de Martine Aubry.

¹³ Esse parâmetro é igualmente objeto de uma antecipação e de uma preparação: trata-se do que os profissionais da comunicação chamam geralmente de “media-training”.

¹⁴ Redator de Jean-Pierre Chevènement.

¹⁵ Mais relevante ainda quando se considera que esse escritor se tornou, depois, apresentador de um programa matinal em uma rádio e, mais tarde, de um outro programa televisivo de entretenimento.

quando se espera chamar a atenção de um jornalista sobre um determinado pronunciamento.

Um discurso claro, *fórmulas* chamativas, alguma coisa que 1. afirme globalmente uma ideia ou uma vontade e 2. que contenha *elementos de linguagem* que possam ser reproduzidos sem causar estranhamento num jornalista que é *meio negligente*, que veio comer uns salgadinhos e *vai ter só duas horas para escrever seu artigo, até a hora de o jornal fechar a edição*. É bem isso o que acontece!

Enfim, na fala de alguns redatores, as designações “pequena frase” e “fórmula” têm igualmente o seguinte valor: ambas servem para caracterizar o funcionamento da esfera político-mediática de maneira pejorativa. Os dois termos servem, desse modo, para designar um fenômeno característico do campo político que tende a privilegiar a forma sobre o conteúdo.

*Ela não é uma mulher de fórmulas. Não é uma mulher de pequenas frases. Houve algumas tentativas infrutíferas, então abandonamos esse recurso à fórmula. Agora, quando ela emprega uma fórmula, é porque ela mesma a encontrou. Ela está convencida. Mas ela não gosta de se exhibir. Ela não gosta dos efeitos grandiloquentes. Não gosta de efeitos... Em decorrência, não gosta das pequenas frases. O que é, às vezes, um “handicap” na visão política atual, quando sabemos que aquela pequena frase é que vai reter a atenção do jornalista e provocar a difusão do comentário na imprensa... Isto não quer dizer que ela não banque uma fórmula, mas ela não gosta de explorar o recurso.*¹⁶

Do ponto de vista dos empregos desses termos pelos redatores, "elementos de linguagem", "fórmula" e "pequenas frases" servem para designar enunciados com propriedades linguísticas e estilísticas relativamente vagas, exceto pelos efeitos que são capazes de produzir. Trata-se de enunciados dos quais procuramos antecipar a recepção e cuja fabricação visa tornar o discurso acessível ao maior número de pessoas possível, assegurando sua retomada pelos jornalistas, tornando notável ou visível seu responsável, seu legítimo enunciadador.

A ambivalência dos empregos de “pequena frase”: expressão de um cerco impossível

¹⁶ Redator do gabinete de Marie-George Buffet.

“Elementos de linguagem”, “fórmula” e “pequenas frases” constituem marcadores de práticas sociais que envolvem os profissionais da política, seus auxiliares especializados em comunicação e os jornalistas. O interesse do termo “pequenas frases” é mais particularmente ligado ao fato de que seus empregos cristalizam a reciprocidade das obrigações profissionais entre redatores e jornalistas: eles são significativos, senão da impotência, da impossibilidade de o profissional de comunicação cercar completamente a seleção e a circulação dos enunciados na esfera midiática.

Em primeiro lugar, a “pequena frase” aparece como um enunciado duplamente imprevisível. Antes de mais nada, porque o fragmento do discurso que vai se tornar uma “pequena frase” apresenta um caráter aleatório, mesmo quando a fabricação e a transmissão do discurso não foram objeto de nenhuma improvisação, dada a conjugação das atividades do redator, do assessor de imprensa e do conselheiro de mídia. Pensa-se, aí, nos procedimentos para levar aos jornalistas uma versão escrita e estruturada do discurso pronunciado pelo ministro ou, ainda, nas práticas de releitura e de correção – negociada – de um encontro concedido pelo político a uma primeira página de um jornal. Em outras palavras, os fragmentos de discurso que se tornam “pequenas frases” não foram previamente fabricados nem encarados como “fórmulas”. Da mesma forma, os enunciados qualificados como “fórmulas” estão muito longe de se tornar, todos eles, “pequenas frases”.

A “pequena frase” é também imprevisível por conta da amplitude de suas retomadas e de comentários que suscitam um efeito dominó incontrolável, como se pode constatar nesta citação da fala de um dos redatores do Ministro do Interior Jean Pierre Chevènement, quando voltava a se referir às polêmicas em torno do termo “sauvageons” [*pequeno selvagem*, com matiz racista], utilizado por ele na Assembleia Nacional para qualificar um homicídio cometido por um menor de 14 anos.

Pois é, “sauvageons” entrou na linguagem corrente depois de ter sido... Isso *foi objeto de um escândalo terrível*, que, do meu ponto de vista, é injustificado... *Eles entraram na linguagem do dia a dia sem que ninguém nunca tivesse tido o cuidado de citar a origem literária.*¹⁷

Nesse caso preciso, o termo – tendo dado lugar à emergência de uma “pequena frase” – é descrito como não tendo sido objeto de uma preparação e sendo, ao contrário, o produto do discurso espontâneo do ministro, que aparece, afinal, como vítima de uma falta de referência à literatura naturalista do século XIX. É menos a preparação ou a não

¹⁷ O redator, diplomado pela Escola Nacional de Administração e pela Escola Normal Superior, faz referência ao romance de Emile Zola, *La Terre*.

preparação do termo que nos importa nessa ocorrência, do que a afirmação do caráter incontrolável do enunciado que se torna uma “pequena frase”. Definitivamente, a “pequena frase” aparece aqui como algo significativo de um fenômeno de retomada de um fragmento de discurso que parece exagerado e desproporcional, porque dá uma visibilidade muito grande a uma parte muito restrita do discurso do político.

Esse impossível controle do discurso pelo comunicante, uma vez que começou a circular, é referido, em certas falas, por uma associação explícita entre retomada midiática do discurso e risco a correr:

Ela (a ministra) não vai procurar tomar a palavra, já que o exercício é feito de tal forma que... Como ela é "um peso pesado"... quero dizer, ela estava verdadeiramente... *ameaçada de retomada imediata e de não poder manejar a comunicação subjacente*. Assim, estivemos realmente vigilantes sobre tudo que fosse palavra fora de contexto, fora da pauta do ministério.

¹⁸

Mais ainda, alguns dos usos de “pequenas frases” testemunham o caráter prescritivo – ou a crença no caráter prescritivo – de certa mídia em relação a outra mídia, assim como em relação a atores políticos e profissionais da comunicação em geral.

Enfim, além disso, com a influência dos dois grandes jornais, aliás sobretudo do *Le Monde*, no conjunto da imprensa, inclusive rádio e tevê... *Basta uma sutil pequena frase no Le Monde e logo depois vem uma repercussão geral*. Tem as rádios, tem as tevês e ainda a SIG¹⁹, e depois Matignon.²⁰

No decorrer de todas as entrevistas, é a diversidade das interdependências entre profissionais da comunicação e jornalistas o tópico mais enfatizado.

É uma questão de domínio e de controle do discurso midiático tanto pelos comunicantes (que operam como verdadeiros revisores) quanto pelos políticos.

Para entrevistas muito importantes, encontrávamos antes os jornalistas. Ou eles enviavam por fax os assuntos. Bem, bem detalhados. *Os elementos de linguagem eram preparados não em si, mas sempre em função do trabalho*

¹⁸ Redator do gabinete de Martine Aubry.

¹⁹ O Serviço de Informação do Governo criado em 1976 e ligado à Secretaria Geral do Governo, é um dos instrumentos à disposição do chefe do governo, no que diz respeito à coordenação da comunicação governamental.

²⁰ Redator do gabinete de Dominique Voyet.

com o jornalista, sem fornecer forçosamente as perguntas mas sempre os eixos das questões. Sempre. [...]

Eles fogem pouco desse script *e, se fogem, de todo modo, há a releitura*. [...]

Na rádio, na televisão, não, eles fogem muito pouco do que foi preparado. De vez em quando... Mas francamente muito pouco... Por uma razão muito simples... É que eles querem que ela [a ministra] volte outra vez, para dar outra entrevista. Simples assim. Eles não querem que ela os evite. Então, quando dizemos *era isso*, eles não tentam uma sacada, uma pergunta de última hora [...]

Tivemos muitos debates bastante agitados sobre a releitura de entrevistas, porque ela é bastante exigente nesse ponto... Mas custe o que custar, sempre vencemos. *Ela modificou entrevistas inteiras! Inteiras...de A a Z*. Ela mudava as questões, trabalhávamos frase por frase: “tire isso, aqui nessa parte; aqui tudo bem, mantemos”...²¹.

Mas outras vezes trata-se também da impossibilidade de o político e de seus assessores cercarem o futuro do discurso político: os enunciados são fabricados para a mídia, mas são transformados e se tornam apenas o que a mídia – e o grande público – fazem dele.

E, ao mesmo tempo, é engraçado *perceber a distância entre aquele trabalho* que é relativamente comparável a um trabalho universitário, do tipo ler trabalhos de pesquisadores, *e o que vai ficar dele no final das contas*. O que pode dizer um homem político? É tão condicionado, tão... Enfim, disso se retém apenas uma espécie de espuma, que não é quase nada diante do trabalho feito.²²

Enfim, e apesar de ser sempre formulada em um tom extremamente cínico que desqualifica o trabalho jornalístico, essa mesma conversa ilustra de maneira contundente e significativa a situação de coprodução dos discursos políticos midiáticos pelo jornalista e pelo redator.

²¹ Redator do gabinete de Martine Aubry.

²² Redator do gabinete de Jack Lang.

Acho, na realidade, que isto faz parte das condições materiais do discurso. A ânsia do jornalista, sua preguiça e sua falta de tempo são finalmente *tão importantes quanto o trabalho que há por detrás.*

Conclusão

Enfim, "a pequena frase" aparece como um termo, entre outros, que designa enunciados decorrentes de maneira indissociável do campo político e do campo midiático. Esses enunciados são representativos da diversificação e da fragmentação dos discursos políticos em função de sua midiática. De um ponto de vista sociológico, a imbricação do campo político e do campo midiático que esse tipo de designação testemunha é significativa das interdependências entre os três principais grupos de atores implicados: políticos, profissionais da comunicação e jornalistas.

Os termos "elementos de linguagem" e "fórmulas", assim como a expressão "pequenas frases" usada como equivalente a "fórmula", manifestam o percurso sistematizado e conscientizado – mesmo que nem sempre racionalizado, notadamente em função do ritmo de trabalho de um gabinete ministerial – do abastecimento dos jornalistas com os discursos dos redatores. Mas outros empregos de "pequena frase" testemunham igualmente o reconhecimento da enorme dificuldade de antecipar os fenômenos de seleção e de retomada dos enunciados pelos jornalistas, assim como, de maneira mais geral, do impossível controle da circulação dos enunciados políticos na mídia.

O interesse dessas observações procede, porque elas emanam de atores sociais cuja legitimidade reside marcadamente na crença em sua função, em sua capacidade de compreender as condições de produção do discurso midiático e em regular o trabalho dos jornalistas. Nessa perspectiva, o caráter ambivalente de "pequena frase" é significativo das interdependências constitutivas das relações entre políticos, seus comunicantes e jornalistas e, mais particularmente, de sua diversidade e de seu caráter variável. Ele pode ser interpretado como a marca, na forma de uma afirmação implícita, de uma reavaliação e de uma desinflação do papel dos comunicantes em geral, nos processos de fabricação e de circulação das informações políticas e midiáticas.

Nessa perspectiva, a recente visibilidade midiática do termo "elementos de linguagem" – em relação aos empregos do termo havidos nos Estados-maiores diplomáticos, em particular, e políticos, em geral – pode ser interpretada como um sinal suplementar do processo de revelação do que acontece nos bastidores da comunicação política pelos jornalistas, das transformações do jornalismo político e do desenvolvimento que Eugénie Saitta chama de "retórica do cinismo", para qualificar as relações dos jornalistas com suas fontes (Saitta 2008). A midiática acrescida do termo "elementos

de linguagem", registraria, assim, a intensificação e a racionalização de sua fabricação por especialistas no manejo dos signos e dos discursos, cujo papel e atividades adquiriram particular importância na divisão do trabalho político.

REFERÊNCIAS

Geertz , Clifford. 2003. Du point de vue de l'indigène, sur la nature de la compréhension anthropologique". In : *Savoir local, savoir global*. Paris : PUF : 73.

Loriol Marc, Piotet Françoise et Delfolie David, s/d. Le travail diplomatique, un métier et un art. Rapport et recherche sur les métiers de la diplomatie pour le ministère des Affaires étrangères et européennes, institut des sciences sociales du travail (UMR8593), Université Paris I - Panthéon Sorbonne.

[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/rapportfinal_sociologue.pdf. Acesso em jan. 2011].

Neveu, Eriket ; Rieffel, Rémy. 1991. Effets de réalité des sciences de la communication. *Réseaux*, 50 [<http://enssibal.enssib.fr/autres-sites/reseaux-cnet/>. Consultation: février 2011].

Oger, Claire. 2003. Communication et controle de la parole: de la clôture à la mise en scène de l'institution militaire, Quaderni, "Secret et pouvoir. Les faux-semblants de la transparence", 52: 85.

Ollivier-Yaniv, Caroline. 2009. Des quelques usages politiques et sociaux des sciences du langage : vers des instituts de « lexicologie » ?. In : Hudelot ; Jacquet-Pfau (dir.), *Sciences du langage et demandes sociales*. Limoges : Lambert-Lucas : 115-126.

_____. 2008. *La communication comme outil de gouvernement. Définition et de la politique du discours*, Mémoire pour l'habilitation à diriger des recherches en sciences de l'information et la communication. Université Paris 12 Val-de-Marne.

_____. 2003. Des conditions de production du discours politique : les « écrivains » des prises de parole ministérielles. In : Bonnafous ; Ducard ; Lévy (dir.), *Argumentation et discours politique*. Presses Universitaires de Rennes : 89-98.

Ridet, Philippe. 2008. *Le Président et moi*. Paris : Michel.

Schramek, Olivier. 2001. *Matignon rive Gauche (1997-2001)*. Paris : Le Seuil.

Tradução: Maria Sabina Kundman (DLM/FFLCH/USP)

Revisão técnica: Luciana Salazar Salgado (DL/PPGL/UFSCar)

Recebido em 09/04/2015. Aceito em 18/12/2015